



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 9/2017-016  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL

A Pregoeira e a Equipe de Apoio do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ tornam público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados (sem motorista e sem combustível) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa.** A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos Federais nº 3.555/2000 e 3.931/2001, Lei complementar 123/2006 Lei complementar 123/2006 com alterações da Lei Complementar 147/14 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, aplicando-se suplementarmente os princípios de Direito Privado, além das condições previstas neste edital e seu anexo, conforme dispõe as cláusulas a seguir:

1.0 - DA ABERTURA

1.1. A Pregoeira receberá os documentos e propostas em sessão pública a ser realizada, conforme abaixo indicado:

LOCAL: PREEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ- PA - Setor de Licitações, sito á Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 20 Centro Concórdia do Pará- Pa.

DATA DE ABERTURA: 28/06/2017

HORÁRIO: 14:00 horário local.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

2.0 - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Edital consiste no registro de preços por ITEM visando a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados (sem motorista e sem combustível) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa,** cujas especificações e quantitativos encontram-se descritos sucinta e claramente no Anexo I deste edital.

3.0 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

3.1.1. Atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos.

3.1.2. Não estejam sob processo de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93.

3.1.3. Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.2. Não poderão participar deste certame: servidor, entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.3. Não serão admitidas na licitação empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, enquanto durar a punição.

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme o termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

3.5. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala de licitação do **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ- PA**, sito à Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 20, Setor de Licitações, Centro Concórdia do Pará- Pa e poderão ser adquiridos mediante recolhimento de **R\$ 100,00 (Cem Reais)** no setor de arrecadação do município ou através COMPROVANTE de depósito no Banpará Ag:034 / CC: 170077-4 (Tributos).

#### 4.0 - REPRESENTAÇÃO DA PROPONENTE

4.1. Na data, hora e local designado no item 1.1 deste edital, os interessados ou representantes dos proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto a pregoeira munido dos seguintes documentos:

4.1.1. Instrumento público ou particular de procuração, (Apresentação através de Fotocópia autenticada ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação dos originais), no qual deverá conter poderes expressos do outorgado para exercer direitos e assumir obrigações em nome da outorgante, tais como formular lances verbais ou deles desistir, negociar preços, interpor e desistir de recursos, dentre outros, bem como fotocópia de identificação pessoal do outorgado.

4.1.1.1. No ato deverá ser apresentada fotocópia do respectivo estatuto social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, a fim de que seja verificada a legitimidade do outorgante (Apresentação através de Fotocópia autenticada ou poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação dos originais)

4.1.2. No caso de comparecimento de proprietário, sócio-gerente ou dirigente da empresa, este deverá apresentar fotocópia do respectivo estatuto ou contrato social, e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como fotocópia de identificação pessoal (Apresentação através de Fotocópia autenticada ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação dos originais).

4.1.2.1. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, **e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/206, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei.**

4.1.2.2. **No caso de Microempreendedor Individual apresentar o documento de identidade com foto e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br>.**

4.1.2.3. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ressaltando-se que se no ato da aferição quanto a regularidade dos documentos habilitatórios for constatado a não a conformidade dos mesmos para com as disposições deste edital, sofrerá, a licitante que se declarou regular ao início da sessão, as penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, conforme Anexo II.

4.1.2.4. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, assim consideradas no ato de credenciamento, após apresentados e analisados os documentos de que trata o subitem acima, deverão prestar a declaração de que cumprem todos os requisitos de habilitação, ressaltando, conforme o caso, a existência de irregularidades apresentadas nos documentos de regularidade fiscal das mesmas, em face a exceção atribuída pelo §1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2. O credenciamento de que trata os subitens anteriores, deverão ser entregues separados dos envelopes de "Proposta" e "Documentos de Habilitação".

4.3. A não apresentação ou incorreção dos documentos de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

4.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

5 - DOS ENVELOPES

5.1. A Documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos, conforme abaixo:

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA  
PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 9/2017-016  
MUNICÍPIO.

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº 9/2017-016  
MUNICÍPIO.

6.0 - DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, impressa, redigida em português, em formulário oficial da empresa, que contenha a razão social, endereço, telefone, fax, CNPJ/MF e qualquer outro dado considerado relevante, rubricada em todas as suas folhas e assinada na última, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e nela deverão ser observados os seguintes requisitos, que serão levados em consideração no julgamento:

- a) Orçamento discriminado em preços unitários de cada ITEM, expressos em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado;
- b) A Proposta apresentada terá validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da sessão pública deste Pregão. Se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias;
- c) Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;
- d) A pregoeira e Equipe de Apoio poderão corrigir eventuais erros de soma, divisão, multiplicação ou subtração constatadas na proposta;
- e) Detalhamento de todas as características técnicas do serviço ofertado, neste caso indicando, expressamente a sua marca, modelo e demais condições porventura estabelecidas neste Edital;
- f) **Declaração de que a empresa contratada realizará os serviços conforme as necessidades do Município, após assinatura do Contrato.**
- g) **Declaração de garantia de que os serviços serão substituídos, sem ônus para o Município, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos.**
- h) **Declaração própria do Licitante, que possui estrutura e condições para a execução do objeto licitado, em conformidade com os prazos e exigências do edital e seus anexos.**
- i) ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA para fins de participação no Pregão Presencial nº 9/2017-016, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados ( sem motorista e sem combustível ) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa** O Atestado de Adimplência deverá ser requerido na Secretaria Municipal de Administração através do Sr. Walmir de Araújo Alves (Secretário Municipal de Administração), sito a Av. Marechal Deodoro da Fonseca, nº 20, Centro, Concórdia do Pará- Pa, – Centro, até o dia 26 de Junho de 2017. **(Anexo IX).**
- j) Caso a licitante não tenha executado nenhum tipo de serviço para o Município de CONCÓRDIA DO PARÁ, deverá requerer atestado que comprove a inexistência de irregularidade para com o Município. O Atestado deverá ser requerido na Secretaria Municipal de Administração através do Sr.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

Walmir de Araújo Alves (Secretário Municipal de Administração), sito a Av. Marechal Deodoro da Fonseca, nº 20, Centro, até o dia 26 de Junho de 2017. **(Anexo IX)**.

**k)** O Atestado de Adimplência (**ITEM 6.1, i**) ou o Atestado de que a empresa não tenha fornecido nenhum material ao Município de CONCÓRDIA DO PARÁ (**ITEM 6.1, j**), deverão ser solicitados através de documento, original ou cópia autenticada, que comprove ser o representante titular da licitante ou, no caso de ser representado por preposto, deverá entregar à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, original ou cópia autenticada de PROCURAÇÃO particular, com firma reconhecida em cartório, ou pública, outorgando expressamente poderes ao mandatário para representa-lo no Pregão Presencial nº. 9/2017-016.

**l) O Município de CONCÓRDIA DO PARÁ, antes de declarar a(s) empresa(s) vencedora(s) dos itens licitados, realizará VISITA TÉCNICA às dependências da(s) empresa(s) habilitada(s) no Pregão Presencial nº. 9/2017-016 e promoverá as diligências necessárias destinadas a verificar as condições das instalações e estrutura para a execução dos serviços referentes ao objeto licitado.**

6.2-A apresentação de proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.2.1 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência por parte da empresa em participar do processo.

6.2.2-Na hipótese de alteração de serviços solicitados, por questões comprovadamente independentes da vontade da licitante contratada, por outra de características qualitativas similares, deverá ser submetida à avaliação técnica do serviço pelo Município, ficando a permuta do mesmo vinculada a aceitação do novo serviço ofertado.

6.2.3-No caso acima, ficará a contratada obrigada a manter o preço do serviço originalmente cotado, caso o custo do novo serviço seja de valor superior aquele;

6.3-A proposta apresentada e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias para o perfeito atendimento do objeto desta licitação, tais como tributos, seguros e demais despesas inerentes. O Município não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento. Em nenhuma hipótese o Município de CONCÓRDIA DO PARÁ, aceitará arcar com responsabilidade solidária relativa a qualquer despesa não expressamente discriminada no contrato. Deverá ser considerada a quando da formulação da proposta, portanto, a legislação pertinente vigente no Estado do Pará, ao qual se destinam os Serviços.

6.4-A Unidade da Federação em que será emitida a Nota Fiscal deverá ser da sede da empresa, constante do contrato social ou do Certificado de Registro Cadastral;

6.5-Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6.6-O tipo de julgamento será pelo Menor Preço por Item.

6.7-Sob pena de desclassificação as propostas deverão conter:

6.7.1-Descrição precisa do objeto da presente licitação.

6.8-Depois a apresentação da proposta não cabe desistência por parte da empresa em participar do processo;

6.9 -A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital;

6.10 - A cotação dos preços englobará todas as despesas relativas ao objeto desta licitação, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do futuro contrato;

6.11- Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

## 7.0 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos abaixo mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, por publicação em órgão da Imprensa Oficial ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou membro da Equipe de Apoio, mediante



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

apresentação dos originais. O Município não aceitará cópia em papel térmico, próprio para uso em aparelho de fac-símile.

#### 7.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.
- d) Em caso de cooperativas:
  - Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
  - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
  - Ata de Fundação;
  - Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
  - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
  - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação (art. 19, § 3º da IN SLTI/MPOG Nº 02/08).

#### 7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda) – Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Ficha de Inscrição Cadastral (FIC) de contribuintes estaduais.
- e) Alvará de Licença e Funcionamento 2017.
- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante;
- g) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito Negativo (CNDT) – Lei 12.440/2011);

#### 7.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestados de capacidade técnica da licitante emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove de maneira satisfatória ter a licitante aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta;
- b) Certidão Simplificada da empresa emitida pela Junta Comercial onde a licitante teve seus atos constitutivos registrados;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

- c) As Cooperativas, além das qualificações solicitadas acima, deverão apresentar seu **Registro de Regularidade ante a OCB-PA**.

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) Certidão de falência e concordata ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, com validade na data de abertura das Propostas deste Edital;
- b) Certidão de falência e concordata ou de execução patrimonial, expedida do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com validade na data de abertura das Propostas deste Edital;
- c) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro em Cartório para as empresas de Sociedade Simples, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal 10.406/02, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da Sessão Pública. Devem ser nomeados os valores do Ativo Circulante (AC) e do Passivo Circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral, que deverão apresentar valor mínimo igual a um (1,0), contudo o Índice Endividamento (IEN) não deve ser superior ou igual um (1,00), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial ou apurados mediante consulta on line no caso de empresas inscritas no SICAF:

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

Índice de Solvência Geral (ISG)

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} \geq 1,0$$

Índice de Endividamento (IEN)

$$IEN = \frac{PC + ELP}{AT} < 1,00$$

OBS: Os fatores constantes das fórmulas acima serão extraídos do balanço patrimonial exigido no item XVIII deste Edital, onde: AC = Ativo Circulante, RLP = Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Exigível a Longo Prazo e AT = Ativo Total

**d-1)** – Na habilitação em licitação para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

**d-2)** Para empresas com menos de 1 (um) ano de existência: fotocópia do Balanço de Abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente;

- d) A licitante deve comprovar que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- e) O licitante deve comprovar a regularidade do contador perante seu Conselho Regional de Contabilidade - CRC - com a apresentação da Certidão de Regularidade do Profissional - CRP - com validade compatível com a data de abertura da licitação.

7.2. As licitantes deverão apresentar juntamente com os seus documentos de habilitação **Declaração de cumprimento do previsto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**constante no Anexo IV e Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90), conforme modelo constante no Anexo V, deste Ato Convocatório.**

7.3. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda por publicação em órgão da Imprensa Oficial ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação dos originais. O Município não aceitará cópia em papel térmico, próprio para uso em aparelho de fac-símile.

7.4. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do licitante.

7.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as certidões expedidas **até 90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data da apresentação das propostas.

7.6. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

#### 8.0 - DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. A sessão do pregão será realizada no local, data e no horário indicado no preâmbulo deste edital, sendo recomendável à presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura, devendo o interessado ou seu representante legal, a quando da abertura da sessão pela pregoeira, proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 4.

8.2. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (**Modelo Anexo II do Edital**) e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

8.3. Neste momento, o Pregoeiro acrescerá 15% sobre o valor das propostas apresentada por cooperativas, em virtude do disposto no art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, procedendo, após esta etapa, à classificação dos lances.

8.4. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.6. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para os serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.7. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá a pregoeira decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.8. Será assegurada, em atenção a Lei Complementar nº 123/2006, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, mediante a adoção de critério de desempate a qual se processará após a finalização da fase de lances.

8.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

8.9. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

- a) a microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadre na hipótese do subitem 8.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecidos no subitem **8.8.1** deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante originalmente vencedora do certame.

8.9.2. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

8.9.3. A licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.10. A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, conforme item **7** deste edital.

8.10.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, assim declaradas no ato do credenciamento para participação no presente certame, estão obrigadas a apresentar todas as documentações habilitatórias exigidas no item **7** deste edital, inclusive as relativas à comprovação de regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição, quando, então, será assegurado as mesmas o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor da fase de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa( Redação alterada pela Lei Complementar nº147, de 2014.

8.10.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8.11.1. Em havendo a necessidade de concessão do prazo de que trata o subitem **8.10.1**, deverá a pregoeira promover a suspensão da sessão pelo tempo concedido à microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas com vistas a regularização de seus documentos fiscais, promovendo desde já a marcação em ata da data de reabertura da sessão.

8.12. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.13. Nas situações previstas no item anterior, A pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.14. Avaliadas os documentos apresentados e aferida a sua regularidade A pregoeira declarara o(s) vencedor(s), oportunidade em que qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.15. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

8.16. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

8.17. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

8.18. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato de fornecimento, no prazo a ser definido.

#### 09.0 - DAS PENALIDADES E MULTAS

09.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

09.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

09.3. Caso o vencedor, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 5(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

09.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

09.5. Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e propostas fora do prazo estabelecidos neste edital, sob pena de ser esta rejeitada.

09.6. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

09.7. Não será permitido o uso de telefone celular durante a sessão de lances, a não ser por disposição contrária da pregoeira.

09.8. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 10.0 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do edital de Pregão, perante a Administração, aquele que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram, tendo a pregoeira 24 (vinte e quatro) horas para responder.

10.2. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento como mera informação.

10.3. Dos atos e decisões relacionados com o pregão cabe recurso, nos seguintes casos:

- a) Julgamento da (s) proposta (s), habilitação ou inabilitação;
- b) Anulação ou revogação do pregão;
- c) Aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de CONCÓRDIA DO PARÁ.

10.4 - O recurso de que trata a alínea "a" do subitem **10.3** dependerá de manifestação do licitante, nesse sentido, ao final da sessão pública, fazendo constar em ata a sua intenção de interpor recurso com a síntese das suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar memoriais relacionados à intenção manifestada, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A não apresentação de memoriais configurará a desistência do direito de recorrer.

10.5. Não serão aceitos como recursos às alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

10.6. O recurso contra decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

#### 10.8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta do Orçamento Municipal para o exercício de 2017, de acordo com as funcionais programáticas e elementos de despesas específicos.

#### Exercício 2017

1111 Gabinete do Prefeito

04 122 0036 2.003 Operacionalização das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1212 Secretaria M.de Administração e Finanças

04 122 0037 2.005 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 124 0042 2.009 Coordenação e Manutenção dos Serviços do Controle Interno

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1213 Departamento de Finanças

04 123 0037 2.014 Manutenção do Departamento de Finanças

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1301 Secretaria Municipal de Planejamento

04 121 0037 2.015 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1414 Departamento de Cultura e Desportos

13 392 0473 2.019 Promoção de Festivais Culturais e Eventos

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.021 Apoio a Grupos Culturais

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.023 Manutenção do Departamento de Cultura e Desportos

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1515 Secretaria de Obras e Transportes

04 122 0037 1.007 Implantação e Municipalização do Trânsito

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.026 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Transportes

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.027 Manutenção dos Departamentos de Obras, Transportes e Máquinas

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

15 452 0038 2.028 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública na zona urbana e rural

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1717 Secretaria de Agricultura



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

04 122 0039 2.037 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1909 Fundo Municipal de Saúde  
10 122 1004 2.066 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0202 2.072 Manutenção das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.073 Manutenção da Estratégia Saúde da Família  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.074 Manutenção da Estratégia Saúde da Família (Saúde Bucal)  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 305 0202 2.078 Manutenção das Ações dos Agentes de Controle de Endemias  
10 305 1004 2.079 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1820 Secretaria Municipal de Educação  
12 122 1005 2.043 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 122 1005 2.044 Manutenção dos Conselhos Municipais da Área da Educação  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 361 1005 2.052 Manutenção das Atividades Administrativa do Ensino Fundamental  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

2050 Fundo Municipal de Assistência Social  
08 122 1002 2.080 Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 122 1002 2.081 Implantação e Manutenção da Casa de Passagem do Município  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 241 0121 2.083 Manutenção dos Programas API Conviver e Idade Ativa para o Idoso  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 242 0126 2.084 Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0131 2.085 Manutenção do Conselho Tutelar  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0132 2.087 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.089 Manutenção do Serviço de Proteção e Atend. Espec. a Família e Indiv. PAEFI  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.090 Manutenção das Ações de Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.095 Manutenção dos Conselhos Municipais na Área Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

2051 Fundo M. dos Dir. da Criança e do Adolescente  
08 243 0131 2.097 Manutenção do Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

1602 Fundo Municipal de Meio Ambiente  
18 541 1010 2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1616 Secretaria de Meio Ambiente  
04 122 1010 2.031 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

17 512 1010 2.032 Serviços de Coleta de Limpeza Urbana e Coleta Regular e Seletiva de Lixo  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

18 122 1010 2.034 Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

#### 11.0 - DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO;

11.1. Os itens licitados serão executados imediatamente, após a emissão de Ordem de serviço e/ou da Nota de Empenho emitidos por esta Municipalidade. A execução será realizada pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará-Pa.

11.2. Entende-se por "imediatamente", até 02(dois) dias úteis subsequentes ao recebimento da Ordem de serviço e/ou da Nota de Empenho expedidos pelo setor competente.

11.3. Fica assegurado o direito do licitante contratado ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre a execução dos serviços.

11.3.1. O reajustamento somente se dará após a avaliação favorável pela Administração.

11.4. O licitante fica obrigado a emitir tantas quantas forem às notas fiscais necessárias por serviço executado, haja vista que o serviço dar-se-á mediante prestação contínua e futura de acordo com as necessidades do Município.

#### 12.0 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento da despesa decorrente da execução dos serviços será realizado em até 30 (trinta) dias após a efetiva execução dos mesmos, de acordo com o quantitativo de serviço executado no período, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, Ordem de serviço, recibo e relatório de recebimento dos serviços.

12.2. Sendo encontrado algum erro na Nota Fiscal expedida, será imediatamente oficiada a empresa contratada apontando as falhas para que a mesma proceda ao cancelamento da Nota com expedição de outra contemplando a correta execução dos serviços.

12.3. O Órgão negociador se reserva o direito de exigir da empresa contratada, à cada pagamento, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, enquanto durarem a execução dos serviços negociados.

12.4. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência em função dos serviços negociados.

#### 13.0 - DA HOMOLOGAÇÃO



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

13.1. Em não sendo interposto recurso, a pregoeira encaminhará imediatamente o processo ao Ordenador de Despesas do Município de Concórdia do Pará-Pa, para homologação.

13.2. Em havendo recurso, o Ordenador de Despesas do Município de Concórdia do Pará-Pa, após deliberar sobre o mesmo, homologará o processo.

14.0 - DO PREGÃO PRESENCIAL

14.1. DA VIGÊNCIA:

- a) O Pregão Presencial será formalizado na forma do Anexo I e nas condições previstas neste Edital.
- b) A vigência será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

14.2. DA FORMALIZAÇÃO:

14.2.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta Licitação, erros ou atraso na execução dos serviços e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções do artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no que couberem as previstas na Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, no caso de o licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

14.3 - A sanção de advertência de que trata o subitem 14.2.1, letra "a" poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das determinações necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados na execução dos serviços;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento normal dos trabalhos da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.4 - Pelo atraso injustificado na execução dos serviços ou pelo descumprimento das notificações para regularização das falhas apontadas pela CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do objeto, sem prejuízo das demais sanções.

14.5 - O valor das multas referidas na alínea "b" do subitem 14.2.1 poderão ser descontados de qualquer fatura ou crédito existente no Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa.

14.6 - A penalidade estabelecida na alínea "d", subitem 14.2.1, será da competência exclusiva do Executivo Municipal.

15. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

15.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, convocará a vencedora para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.2. O prazo de que trata o item anterior pode ser prorrogado uma vez pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante.

15.3. O contrato a ser firmado com o vencedor da licitação terá vigência a contar da data de sua assinatura, até a data de 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

15.4. No momento da assinatura do Contrato será exigido da empresa licitante vencedora os documentos abaixo listados.

a) Veículo que satisfaça as seguintes exigências:

a1) Laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN/PA, como condição para a prestação de serviço, às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses;

a2) Cópia do Certificado de registro e Licenciamento do veículo.

## 16 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. A empresa vencedora deverá manter os serviços pactuados, mesmo nos casos em que os seus veículos não oferecerem condições para realizar os serviços, devendo, para tanto a empresa providenciar na contratação de outro veículo similar para realização dos serviços, em caráter excepcional e por um período não superior a 05 (cinco) dias, cabendo a empresa os encargos e ônus decorrentes da contratação, recebendo o valor estipulado neste instrumento.

16.2. O veículo do Proponente vencedor deverá sujeitar-se a vistorias semestrais, sendo a primeira anterior à assinatura do contrato, nos termos do item 15.4. O Município poderá realizar vistorias extras a qualquer momento, inclusive, durante a realização dos serviços, sem aviso prévio aos contratados.

16.3. Uma vez realizada a vistoria no veículo, este somente poderá ser substituído em caso de comprovada melhoria e no interesse público, desde que a autorização seja formalizada de forma expressa pelo Município.

16.4. A fiscalização dos serviços prestados pelo licitante vencedor da presente licitação ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará ou por outro órgão competente que por ventura venha a ser criado no Município.

## 17. 0 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

## 18. 0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes.

18.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

18.3 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pela Pregoeira e equipe de apoio e pelos licitantes presentes que desejarem.

18.4 - O resultado do presente certame será divulgado no Átrio da Prefeitura Municipal de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pará.

18.5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de CONCÓRDIA DO PARÁ, localizada à Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 20, Setor de Licitações, Centro, Concórdia do Pará-Pa, após a celebração do contrato.

18.6 - Os pedidos e esclarecimentos relativos ao processo de licitação deverão ser enviados a Pregoeira, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública,

18.6.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

18.6.2 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) anterior à data fixada para recebimento das propostas e documentação de habilitação.

18.6.3 - Acolhida à petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.

18.7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

18.8 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

18.9- Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de CONCÓRDIA DO PARÁ, sito à Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 20, Setor de Licitações, Centro Concórdia do Pará- Pa, sala da Comissão de Licitação, em horário de expediente.

17. 0 - FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL

17.1 - Anexo I – Termo de Referência;

17.2 - Anexo II – Modelo de Declaração que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação

17.3 - Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;

17.4 - Anexo IV – Modelo de Declaração de que não emprega menores;

17.5 - Anexo V- Declaração de não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

17.6- Anexo VI – Minuta da Ata;

17.7- Anexo VII- Minuta do Contrato

17.8 – Anexo VIII – Declaração de enquadramento MEI/ME/EPP.

17.9- Anexo IX- Modelo de Requerimento do Atestado de Adimplência

Concórdia do Pará- Pa, 14 de Junho de 2017.

---

Nelucy e Silva de Souza  
Pregoeira



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**I-RELAÇÃO VEÍCULOS LOCADOS POR HORA TRABALHADA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEÍCULOS	UNID	QUANT. HORAS ESTIMADO PARA 12 MESES	VALOR UNIT.DA LOCAÇÃO POR HORA	VALOR TOTAL ESTIMADO (QUANT HORAS X VALOR UNIT HORA)
1	<b>CARREGADEIRA</b> <i>Especificação: Potência do motor – Bruta (SAE J1995)152 hp (113 kW). Torque do motor – Bruto (SAE J1995)564 N.m. Torque do motor – Bruto (SAE J1995)564 N.m. Capacidade da caçamba – standard1,91 m<sup>3</sup> (2,5 jd<sup>3</sup>). Carga de tombamento – Reta7.617 kg. Carga de tombamento – Articulada em 40°6.502 kg. Capacidade de levantamento à altura máxima5.550 kg Alcance da caçamba à altura de 2,13m – despejo a 45°1.397 mm. Alcance de descarga à altura máxima1.041 mm. Raio de giro – lado externo dos pneus4.986 mm Altura até o pino de articulação da caçamba3.518 mm.Oscilação do eixo traseiro24°.Força de desagregação da caçamba7.291 kgf.Bombas principais / Fluxo total182 l/m.Peso Operacional10.089 kg.Tipo de Transmissão Powershift.Diferencial dianteiro e traseiro com dispositivo antipatinagem Sim. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA</i>		1	UNID	1.056	R\$ 217,00	R\$ 229.152,00
2	<b>ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE BRAÇO FRONTAL COM PÁ DE ESCAVAÇÃO.</b> <i>Especificação: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL 20.330KG. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA</i>		1	UNID	528	R\$ 333,33	R\$ 175.998,24
3	<b>PRANCHA 3 EIXOS PLANA - ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA</b> <i>Especificação: CARRETA PRANCHA 2017 TRÊS EIXOS,12m de área útil, 15,5 área total. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA</i>		1	UNID	528	R\$ 518,33	R\$ 273.678,24
4	<b>RETROESCAVADEIRA DE PNEUS</b> <i>Especificação : sistema de eixo 4x4, cabine fechada, envidraçada com porta lateral ou portas laterais, ROPS/FOPS, de fabricação nacional, em linha de produção. - Motor potência bruta máxima 124 HP (92 KW);- Motor potência líquida mínima 84 HP (62 KW); O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA</i>		1	UNID	1056	R\$ 185,00	R\$ 195.360,00
5	<b>TRATOR DE ESTEIRA - D6</b> <i>Especificação: D6Peso operacional: 12.886 kg Dados da lâmina Tipo VPATCapacidade 2,7 m<sup>3</sup> Dimensões (LxA) 3.360 mm (L)Elevação máxima acima do solo Não informada, Profundidade máxima de corte Não informada.Escarificador: Tipo paralelogramo, com três</i>		1	UNID	2112	R\$ 272,95	R\$ 576.470,40



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

	<b>dentes.Pressão de contato no solo: 0,43 kg/cm<sup>2</sup>, Material rodante Posição da roda motriz Elevada Largura das sapatas 560 mm. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA</b>						
6	<b>TRATOR DE ESTEIRA - FD9</b> Especificação: Peso operacional : 47872 Kg. Dados de Lâmina: 7388.0 KG, Largura(Sobre os cantos da lâmina): 4310.0MM, (L) Elevação Máxima acima do solo Não informada, Profundidade máxima de corte Não informada.Escarificador: Tipo paralelogramo, com quatro dentes.Pressão de contato no solo: 0,63 kg/cm <sup>2</sup> , Material rodante Posição da roda motriz Elevada Largura das sapatas 700 mm. SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA		1	UNID	528	R\$ 365,00	R\$ 192.720,00

## II-RELAÇÃO VEÍCULOS PARA LOCAÇÃO MENSAL

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEICULOS	UNID	VALOR DA LOCAÇÃO MENSAL (QUANT. VEÍCULOS X VALOR UNIT.POR CADA VEÍCULO)	QUANT. MÊS	VALOR TOTAL (VALOR LOCAÇÃO MENSAL X QUANT. MÊS)
7	<b>CAMINHÃO TRUCK - COM MUNCK</b> Especificação : eixo duplo na carroceria, ou seja, dois eixos de rodas juntos, com a finalidade de carregar carga maior e com melhor desempenho do veículo. Um dos eixos traseiros recebe a força do motor. Sua capacidade é de 10 a 14 toneladas, com peso bruto** máximo de 23 toneladas e comprimento de até 14Munck Hidrauguincho 35000 Capacidade máxima de carga 17500kg Quatro (4) lanças hidráulicas e duas (2) manuais. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE		1	UNID	R\$17.620,00	12	R\$ 211.440,00
8	<b>CAMINHÃO TRUCK - Truck ou caminhão pesado</b> Especificação : eixo duplo na carroceria, ou seja, dois eixos de rodas juntos, com a finalidade de carregar carga maior e com melhor desempenho do veículo. Um dos eixos traseiros recebe a força do motor. Sua capacidade é de 10 a 14 toneladas, com peso bruto** máximo de 23 toneladas e comprimento de até 14 metros. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE		1	UNID	R\$10.590,00	12	R\$ 127.080,00
9	<b>CAMINHÃO/Toco ou caminhão semi-pesado</b> Especificação: característica o eixo simples na carroceria, ou seja, um eixo frontal e outro traseiro de rodagem simples. Sua capacidade é de até 6 toneladas, com peso bruto** de até 16 toneladas		1	UNID	R\$ 8.830,00	12	R\$ 105.960,00



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

	e comprimento máximo de 14 metros. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE						
10	<b>CAMINHONETE PICK UP 4 X 4 DIESEL CABINE DUPLA</b> Especificação: O Serviço será prestado MENSALMENTE, O veículo deverá estar em PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E NO MÁXIMO 4 ( QUATRO ) ANOS DE USO. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE		5	UNID	R\$ 8.700,00	12	R\$ 104.400,00
11	<b>MINI CARREGADEIRA TIPO BOBCAT</b> Especificação : Potência bruta do motor90 hp (67 kW) Potência líquida do motor84 hp (63 kW) Geometria do bra Carga operacional1.361 kg I 3.000 lb Carga de tombamento2.722 kg I 6.000 lb ço de levantamento. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO POR HORA TRABALHADA		1	UNID	R\$11.200,00	12	R\$ 134.400,00
12	<b>MICROONIBUS CAPACIDADE MINIMA DE 22 LUGARES</b> Especificação: Veiculo com capacidade de 22 a 32 lugares, com ar condicionado, com rampa de cadeirante e assento exclusivo para pessoas com deficiência apresentando um perfeito estado de conservação e funcionamento, pneus novos, registrado no órgão competente (DETRAN), veículo de ano superior á 2013. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.		1	UNID	R\$15.900,00	12	R\$ 190.800,00
13	<b>MOTOCICLETA - CATEGORIA CITY 160 CILINDRADAS</b> Especificação: Veiculo do tipo motocicleta, com capacidade para 02 lugares, cometendo as seguintes especificações, pneus novos, registro no órgão competente (DETRAN), . O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.		13	UNID	R\$11.140,00	12	R\$ 133.680,00
14	<b>MOTOCICLETA -CATEGORIA TRAIL 160 CILINDRADAS</b> Especificação: Veiculo do tipo motocicleta, com capacidade para 02 lugares, cometendo as seguintes especificações, pneus novos, registro no órgão competente (DETRAN), veiculo em perfeito estado de conservação. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.		5	UNID	R\$ 7.116,67	12	R\$ 85.400,04
15	<b>VEÍCULO CAÇAMBA - TIPO BASCULHANTE TRUCK</b> Especificação: Veiculo do tipo caçamba apresentado em perfeito estado de conservação e funcionamento, pneus novos, registrado no órgão competente (DETRAN). O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.		4	UNID	R\$68.466,67	12	R\$ 821.600,04
16	<b>VEÍCULO URBANO DE CARGA (VUC)</b> Especificação: caminhão leve, de menor porte, apropriado para áreas urbanas. Possui a largura máxima de 2,2 metros, comprimento máximo de 6,3 metros e limite de emissão de poluentes. A capacidade de 3 toneladas. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.		7	UNID	R\$38.850,00	12	R\$ 466.200,00
17	<b>VEÍCULO UTILITARIO COM CARROCERIA</b>		2	UNID	R\$ 8.200,00	12	R\$ 98.400,00



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

	<b>Especificação: Veículo utilitário com carroceria, apresentado em perfeito estado de conservação e funcionamento, pneus novos, registrado no órgão competente (DETRAN). O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.</b>						
18	<b>VEÍCULOS DE PASSEIO/ 05 PASSAGEIROS: Especificação: Veículo do tipo passeio com 05 lugares c/04 portas apresentando um perfeito estado de conservação e funcionamento, pneus novos, registrado no órgão competente (DETRAN) . O SERVIÇO SERÁ PRESTADO MENSALMENTE.</b>		14	UNID	R\$42.233,33	12	R\$ 506.799,96

**O VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS É DE: R\$4.629.538,92(Quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos)**

#### DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - Os serviços acima deverão:

- a) Apresentar as características constantes (DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS), conforme o objeto licitado;

2.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE execução dos serviços:

2.1. Os itens acima listados serão executados conforme as necessidades do Município, tais itens serão considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços. As licitantes para as quais forem adjudicados os itens acima especificados e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de execução dos serviços até o término da vigência contratual. Isto posto, alertamos que esta Administração não se encontra obrigada a executar previamente os serviços retromencionados, diante de tal fato o Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa, não se responsabiliza por eventuais prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da execução dos serviços por parte do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa.

2.1.1 Os serviços licitados serão executados imediatamente em favor do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor contratado, prazo este que será contado da data do recebimento pela empresa contratada da Ordem de Serviço e/ou da Nota de Empenho emitidos por esta Municipalidade.

2.1.2 As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará-Pa através de Ordens de serviço e/ou Nota de Empenho de onde constarão a descrição dos serviços e suas respectivas quantidades.

2.2. Fica assegurado o direito do licitante contratado ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre os serviços negociados.

2.3.. O índice a ser aplicado em caso de reajustamento de preço será o Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC).

2.3.1. O reajustamento somente se dará após a avaliação favorável pelo Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa.

2.4. O licitante fica obrigado a emitir tantas quantas forem as notas fiscais necessárias por serviço, haja vista que a execução dos serviços dar-se-ão mediante prestação contínua e futura de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará-Pa.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

2.5. A execução dos serviços deverá ser realizada às expensas da empresa, no Município de Concórdia do Pará-Pa, de conformidade com as Ordens de serviços respectivas.

3.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - Este Anexo é parte integrante e inseparável do **Pregão Presencial –SRP Nº 9/2017-016**.

3.2 - A empresa vencedora fica obrigada a executar todos os serviços a serem solicitados na Ordem de serviço, com seus respectivos quantitativos e preços, no prazo estabelecido, sob pena de sanção conforme previsto no Edital.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

.....  
., inscrita no CNPJ n.º ..... , por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) ..... , portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....  
.,DECLARA, para fins do disposto no item 8.2 do Edital do Pregão Presencial- SRP Nº 9/2017-016, em cumprimento ao inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital em referencia.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Representante legal, RG, CPF  
(com carimbo da empresa e assinatura autenticada em cartório)

**Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) e deverá acompanhar a documentação de Credenciamento.**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO III**

**PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 9/2017-016**

**MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**

Declaro inexistir fato superveniente impeditivo da habilitação da empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ e portadora da Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, no Pregão Presencial-SRP Nº 9/2017-016 - cujo objeto consiste na **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados ( sem motorista e sem combustível ) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa.**

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Representante legal, RG, CPF  
(com carimbo da empresa e assinatura autenticada em cartório)

**Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) e deverá acompanhar a documentação de Habilitação.**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO IV**

**PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº 9/2017-016**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PREVISTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF E ART. 27, INCISO V DA LEI 8.666/93**

(NOME DA EMPRESA), Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º da CF e inciso V, art. 27 da Lei 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza mão-de-obra de menor de dezesseis, salvo maior de quatorze anos na condição de aprendiz.

Ressalva: caso não empregue menores de quatorze anos na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Representante legal, RG, CPF  
(com carimbo da empresa e assinatura autenticada em cartório)

**Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) e deverá acompanhar a documentação de Habilitação.**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA), Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa no \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) . . . . . , portador (a) da Carteira de Identidade nº . . . . . e do CPF nº . . . . . , **declara não possuir em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).**

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Representante legal, RG, CPF  
(com carimbo da empresa e assinatura autenticada em cartório)

**Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) e deverá acompanhar a documentação de Habilitação.**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 9/2017-016**

**MINUTA DE ATA**

Aos XX dias do mês de XXX do ano de 2017, autorizado pelo processo de Pregão Presencial-SRP nº XXX/2017, destinado a promover o registro de preços para a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados ( sem motorista e sem combustível ) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa**, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com disposto no artigo 15 de Lei Federal nº 8.666/93, bem como pela Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 3.931/2001, e Lei complementar 123/2006, a qual conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre Administração Municipal e as Licitantes Vencedoras, conforme abaixo:

**1.0 - DOS SERVIÇOS REGISTRADOS**

1.1. Consideram-se registrados os preços abaixo relacionados:

- a)** (EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº XXXX, com sede administrativa à xxx, neste ato representado por xxxx, portador da Carteira de Identidade RG nº xxxx - SSP/PA e CPF/MF sob o nº xxxx, cujos itens foram registrados com os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEICULOS	UNID	QUANT. HORAS ESTIMADO PARA 12 MESES	VALOR UNIT.DA LOCAÇÃO POR HORA	VALOR TOTAL ESTIMADO (QUANT HORAS X VALOR UNIT HORA)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEICULOS	UNID	VALOR DA LOCAÇÃO MENSAL (QUANT. VEÍCULOS X VALOR UNIT.POR CADA VEÍCULO)	QUANT. MÊS	VALOR TOTAL (VALOR LOCAÇÃO MENSAL X QUANT. MÊS)

**2. 0 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1. Os serviços registrados, quando solicitados, serão executados imediatamente após o recebimento da Ordem de serviços e/ou Nota de Empenho, pelos valores acima descritos, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir nos valores registrados, prazo este que será contado da data do recebimento pela licitante contratada da Ordem de serviço e/ou da Nota de Empenho emitidos por esta Municipalidade.

2.1.2 As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará-Pa, através de Ordens de serviço e/ou Nota de Empenho onde constarão a descrição dos serviços e suas respectivas quantidades.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

2.2. Fica assegurado o direito da licitante contratada ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre os serviços negociados.

2.2.1. O índice a ser aplicado em caso de reajustamento de preço será o Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC).

2.2.2. O reajustamento somente se dará após a avaliação favorável pela Administração.

2.3. A licitante contratada fica obrigada a emitir tantas quantas forem as notas fiscais necessárias por serviço, haja vista que os serviços dar-se-ão mediante prestação contínua e futura de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará;

### 3. 0 - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A Administração pagará às licitantes pelos serviços os preços registrados conforme item 1 desta Ata.

3.2. O pagamento da despesa decorrentes dos serviços registrados serão realizados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos mesmos, de acordo com o quantitativo realizado no período, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, Ordem de serviço, recibo e relatório de recebimento dos serviços.

3.2.1. Sendo encontrado algum erro na Nota Fiscal expedida, será imediatamente oficiado à licitante contratada apontado às falhas para que a mesma proceda o cancelamento da Nota com expedição de outra contemplando a correta execução dos serviços.

3.3. O Órgão negociador se reserva o direito de exigir da licitante, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, enquanto durarem os serviços.

3.4. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência em função dos serviços negociados.

3.4.1. No caso de qualquer discordância entre a solicitação dos serviços e execução dos mesmos ou impropriedade que enseje em sua rejeição, ficará a Administração autorizada a adquiri-los de outra empresa, a qualquer preço, as expensas da licitante contratada, sendo o respectivo valor deduzido da Nota Fiscal/Fatura apresentada, bem como o valor que por ventura tenha sido pago a maior a outras empresas na execução dos serviços rejeitados.

### 4. 0 - DA VIGÊNCIA

4.1. A presente ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses contados de sua assinatura.

### 5.0 - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta do Orçamento Municipal para o exercício de 2017, de acordo com as funcionais programáticas e elementos de despesas específicos.

Exercício 2017

1111 Gabinete do Prefeito

04 122 0036 2.003 Operacionalização das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1212 Secretaria M.de Administração e Finanças

04 122 0037 2.005 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 124 0042 2.009 Coordenação e Manutenção dos Serviços do Controle Interno

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

1213 Departamento de Finanças

04 123 0037 2.014 Manutenção do Departamento de Finanças

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1301 Secretaria Municipal de Planejamento

04 121 0037 2.015 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1414 Departamento de Cultura e Desportos

13 392 0473 2.019 Promoção de Festivais Culturais e Eventos

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.021 Apoio a Grupos Culturais

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.023 Manutenção do Departamento de Cultura e Desportos

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1515 Secretaria de Obras e Transportes

04 122 0037 1.007 Implantação e Municipalização do Trânsito

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.026 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Transportes

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.027 Manutenção dos Departamentos de Obras, Transportes e Máquinas

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

15 452 0038 2.028 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública na zona urbana e rural

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1717 Secretaria de Agricultura

04 122 0039 2.037 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1909 Fundo Municipal de Saúde

10 122 1004 2.066 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0202 2.072 Manutenção das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.073 Manutenção da Estratégia Saúde da Família

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.074 Manutenção da Estratégia Saúde da Família (Saúde Bucal)

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 305 0202 2.078 Manutenção das Ações dos Agentes de Controle de Endemias

10 305 1004 2.079 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1820 Secretaria Municipal de Educação

12 122 1005 2.043 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 122 1005 2.044 Manutenção dos Conselhos Municipais da Área da Educação

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 361 1005 2.052 Manutenção das Atividades Administrativa do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

2050 Fundo Municipal de Assistência Social

08 122 1002 2.080 Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 122 1002 2.081 Implantação e Manutenção da Casa de Passagem do Município  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 241 0121 2.083 Manutenção dos Programas API Conviver e Idade Ativa para o Idoso  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 242 0126 2.084 Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0131 2.085 Manutenção do Conselho Tutelar  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0132 2.087 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.089 Manutenção do Serviço de Proteção e Atend. Espec. a Família e Indiv. PAEFI  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.090 Manutenção das Ações de Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.095 Manutenção dos Conselhos Municipais na Área Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

2051 Fundo M. dos Dir. da Criança e do Adolescente

08 243 0131 2.097 Manutenção do Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1602 Fundo Municipal de Meio Ambiente

18 541 1010 2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1616 Secretaria de Meio Ambiente

04 122 1010 2.031 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

17 512 1010 2.032 Serviços de Coleta de Limpeza Urbana e Coleta Regular e Seletiva de Lixo  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

18 122 1010 2.034 Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

## 6. DAS PENALIDADES E MULTAS

6.1. A empresa terá seu registro cancelado, podendo sofrer as penalidades administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, quando:

- a) descumprir as condições do Contrato;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) tiver presentes razões de interesse público.

6.1.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

6.1.2. A Empresa poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

6.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

6.3. Caso o vencedor, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.5. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 7.0 - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

7.1. A presente ata regula-se pelas cláusulas e preceitos de direito público, em especial da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 3.931/2001, e Lei complementar 123/2006, aplicando-lhe, supletivamente, a Lei nº 8.666/93 e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no que couber.

#### 8.0 - DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de CONCÓRDIA DO PARÁ, Estado do Pará, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução da presente ata.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente ata em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produzam os efeitos legais.

XXXX (PA), XXX de xxxx de 2017.

PELO  
MUNICÍPIO

\_\_\_\_\_  
Gestor do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-PA

PELAS  
EMPRESAS

\_\_\_\_\_  
Sócio-Gerente/Proprietário

\_\_\_\_\_  
Sócio-Gerente/Proprietário



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO VII**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 9/2017-016**

**MINUTA DE CONTRATO**

Contrato Administrativo para a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados ( sem motorista e sem combustível ) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa**, que entre si firmam de um lado, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ-PA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, portador do CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa na \_\_\_\_\_, representado neste ato por seu Gestor Municipal, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato designado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, portadora do CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, (Sócio-Gerente ou Proprietário), (qualificação), portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, neste ato denominada CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93 e Pregão Presencial SRP Nº 9/2017-016 de acordo com as cláusulas e condições a seguir fixadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. . O objeto do presente Contrato consiste na Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados (sem motorista e sem combustível) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa.

2.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:**

2.1. Aplica-se a este Instrumento as disposições do Pregão Presencial - SRP Nº 9/2017-016, bem como faz parte deste a proposta formulada pela CONTRATADA em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

2.1.1. Havendo divergências entre os documentos citados e este contrato prevalecerão os termos do último.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1. Os itens registrados, quando solicitados, serão executados imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho, pelos valores acima descritos, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir nos valores registrados, prazo este que será contado da data do recebimento pela licitante contratada da Ordem de Serviço e/ou da Nota de Empenho emitidos por esta Municipalidade.

3.2. As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Concórdia do Pará-Pa, através de Ordens de serviços de onde constarão a descrição dos serviços e suas respectivas quantidades.

3.3. Fica assegurado o direito da CONTRATADA ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre os serviços negociados.

3.3.1. O índice a ser aplicado em caso de reajustamento de preço será o Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC).

3.3.2. O reajustamento somente se dará após a avaliação favorável pela CONTRATANTE.

3.4. A CONTRATADA fica obrigada a emitir tantas quantas forem as notas fiscais necessárias por serviço, haja vista que o serviço dar-se-á mediante prestação contínua e futura de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

4.1. A CONTRATANTE pagará pelo serviço os preços abaixo especificados, por quilometro rodado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEÍCULOS	UNID	VALOR DA LOCAÇÃO MENSAL (QUANT. VEÍCULOS X VALOR UNIT.POR CADA VEÍCULO)	QUANT. MÊS	VALOR TOTAL (VALOR LOCAÇÃO MENSAL X QUANT. MÊS)
------	-----------	-------	-----------------	------	---	------------	---

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT. VEÍCULOS	UNID	VALOR DA LOCAÇÃO MENSAL (QUANT. VEÍCULOS X VALOR UNIT.POR CADA VEÍCULO)	QUANT. MÊS	VALOR TOTAL (VALOR LOCAÇÃO MENSAL X QUANT. MÊS)

4.2. O pagamento da despesa decorrente dos serviços registrados será realizado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos mesmos, de acordo com o quantitativo entregue no período, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, Ordem de serviços, recibo e relatório de execução dos serviços.

4.2.1. Sendo encontrado algum erro na Nota Fiscal expedida, será imediatamente oficiado à CONTRATADA apontado as falhas para que a mesma proceda o cancelamento da Nota com expedição de outra contemplando a correta execução do serviço.

4.3. O Órgão negociador se reserva o direito de exigir da CONTRATADA, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, enquanto durarem os serviços negociados.

4.4. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência em função dos serviços negociados.

4.4.1. No caso de qualquer discordância entre a solicitação dos serviços e execução dos mesmos ou impropriedade que enseje em sua rejeição, ficará a Administração autorizada a adquiri-los de outra empresa, a qualquer preço, as expensas da licitante contratada, sendo o respectivo valor deduzido da Nota Fiscal/Fatura apresentada, bem como o valor que por ventura tenha sido pago a maior a outras empresas na execução dos serviços rejeitados.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:**

5.1. O presente Contrato vigorará de sua assinatura até o final do exercício financeiro do ano de 2017, sendo possível seu aditamento quando for necessário para o cumprimento das necessidades administrativas.

**CLÁUSULA SEXTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta do Orçamento Municipal para o exercício de 2017, de acordo com as funcionais programáticas e elementos de despesas específicos.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

Exercício 2017

1111 Gabinete do Prefeito

04 122 0036 2.003 Operacionalização das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1212 Secretaria M.de Administração e Finanças

04 122 0037 2.005 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 124 0042 2.009 Coordenação e Manutenção dos Serviços do Controle Interno

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1213 Departamento de Finanças

04 123 0037 2.014 Manutenção do Departamento de Finanças  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1301 Secretaria Municipal de Planejamento

04 121 0037 2.015 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1414 Departamento de Cultura e Desportos

13 392 0473 2.019 Promoção de Festivais Culturais e Eventos  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.021 Apoio a Grupos Culturais

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

13 392 0473 2.023 Manutenção do Departamento de Cultura e Desportos

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1515 Secretaria de Obras e Transportes

04 122 0037 1.007 Implantação e Municipalização do Trânsito  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.026 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Transportes

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

04 122 1008 2.027 Manutenção dos Departamentos de Obras, Transportes e Máquinas

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

15 452 0038 2.028 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública na zona urbana e rural

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1717 Secretaria de Agricultura

04 122 0039 2.037 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1909 Fundo Municipal de Saúde

10 122 1004 2.066 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0202 2.072 Manutenção das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.073 Manutenção da Estratégia Saúde da Família

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 301 0203 2.074 Manutenção da Estratégia Saúde da Família (Saúde Bucal)

3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

10 305 0202 2.078 Manutenção das Ações dos Agentes de Controle de Endemias



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

10 305 1004 2.079 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1820 Secretaria Municipal de Educação  
12 122 1005 2.043 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 122 1005 2.044 Manutenção dos Conselhos Municipais da Área da Educação  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

12 361 1005 2.052 Manutenção das Atividades Administrativa do Ensino Fundamental  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

2050 Fundo Municipal de Assistência Social  
08 122 1002 2.080 Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 122 1002 2.081 Implantação e Manutenção da Casa de Passagem do Município  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 241 0121 2.083 Manutenção dos Programas API Conviver e Idade Ativa para o Idoso  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 242 0126 2.084 Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0131 2.085 Manutenção do Conselho Tutelar  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 243 0132 2.087 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.089 Manutenção do Serviço de Proteção e Atend. Espec. a Família e Indiv. PAEFI  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.090 Manutenção das Ações de Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

08 244 0126 2.095 Manutenção dos Conselhos Municipais na Área Social  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

2051 Fundo M. dos Dir. da Criança e do Adolescente  
08 243 0131 2.097 Manutenção do Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1602 Fundo Municipal de Meio Ambiente  
18 541 1010 2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

1616 Secretaria de Meio Ambiente  
04 122 1010 2.031 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

17 512 1010 2.032 Serviços de Coleta de Limpeza Urbana e Coleta Regular e Seletiva de Lixo  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

18 122 1010 2.034 Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:



Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº20 - Centro – Fone (091) 3728-1249  
CEP. 68685-000 – Concórdia do Pará



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

7.1. Reputa-se direito:

I - DA CONTRATANTE – ser imediatamente atendido pela CONTRATADA quanto ao do objeto licitado, desde que atendida as condições de execução dos serviços estabelecidas na Cláusula Terceira retromencionada.

II - DA CONTRATADA – exigir o pagamento pelos serviços ora contratados, desde que atendidas as condições de pagamento estabelecidas na Cláusula Quarta acima dispostas.

7.2. Reputa-se obrigação:

**I - DA CONTRATANTE:**

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- b) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- c) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços negociados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Avisar à CONTRATADA quando da quebra ou não funcionamento do veículo para adoção das providências necessárias;
- e) Efetuar o pagamento de multas provenientes de infrações as leis de trânsito, previstas no Código Nacional de Trânsito, que tenham sido cometidas a partir da retirada do veículo e durante a utilização dos mesmos pela **CONTRATANTE**;
- f) Providenciar os pagamentos à empresa à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- g) As despesas com o abastecimento de combustível dos veículos serão suportadas exclusivamente pela CONTRATANTE.
- h) Guarda e zelo dos veículos e máquinas, durante a execução dos serviços, definindo o local para guarda.
- i) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus servidores, quanto para a execução dos serviços em si;

**II - DA CONTRATADA:**

- a) Entregar os veículos em perfeitas condições de segurança, inclusive com os itens, como extintor, triângulo, chave de roda, macaco, cinto de segurança, higiene e limpeza, com cópia extra das chaves para cada veículo, acompanhados de todos os documentos de porte obrigatório exigido pelo Código Nacional de Trânsito e cópias das respectivas apólices de Seguro.
- b) Arcar com todas as despesas e encargos fiscais, previdenciários, sociais, seguro obrigatório, seguro contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive de terceiros, cobertura total do bem, IPVA, relativo ao exercício, taxas de emplacamento, bem como quaisquer outros custos decorrentes da utilização dos veículos, inclusive reparos nos veículos decorrente do uso ou de acidentes, sendo de sua responsabilidade também o pagamento de franquia e troca de óleo;
- c) Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos de acordo com as recomendações do fabricante, substituindo o veículo onde o mesmo se encontrar, sem ônus para o CONTRATANTE, nas mesmas condições e características do veículo substituído;
- d) Solicitar os veículos locados para revisão e ou manutenção preventiva, com antecedência de 96 (noventa e seis) horas;
- e) Encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após seu recebimento cópia das multas e infrações de trânsito pertinentes aos veículos locados, para análise e apuração de responsabilidades por parte do CONTRATANTE, quando este informará à CONTRATADA o nome do condutor do veículo para que esta intermedeie entre o condutor e o DETRAN, visando apuração da responsabilidade pelas multas e, caso necessário, impetração de recurso junto à autoridade competente;
- f) Manter durante o período de execução dos serviços, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, apresentando os



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

- a) Em relação aos seus empregados será responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes, indenizações, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo
- b) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- c) Comprometer-se a executar os serviços, nos prazos estabelecidos na Cláusula Terceira deste Ajuste, os serviços objeto da presente licitação, quando solicitados mediante Ordem de Serviço expedidas pela Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de CONCÓRDIA DO PARÁ-Pa;
- d) Iniciar os serviços após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço;
- e) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- f) Submeter seus veículos às vistorias técnicas determinadas pelo contratante;
- g) Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro sempre que necessário;
- h) Manter o veículo utilizado de acordo com as determinações do Código Nacional de Trânsito.
- i) As despesas com a manutenção dos veículos serão suportadas exclusivamente pela CONTRATADA;
- j) Serviços de manutenção mecânica e reposição de peças serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, independente das demais sanções cabíveis.

8.2. Constituem motivo para rescisão do contrato todas as elencadas da Lei nº 10.520/02 e do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

8.3. A rescisão contratual do contrato poderá ser:

8.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no caso dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei de Licitações e Contratos;

8.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3. judicial, nos termos da legislação.

8.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei retromencionada, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES:

9.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no percentual de até no máximo 10% do valor contratado.

9.1.1. A multa a que alude este item não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as sanções previstas a seguir.

9.1.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada das faturas/notas fiscais vincendas da CONTRATADA.

9.1.3. Se a multa alcançar valor superior a fatura/nota fiscal vincenda, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada de pagamentos futuros, e não havendo, cobrada judicialmente.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

9.2. Pela inexecução total ou parcial do presente ajuste a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções abaixo relacionadas:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa, na forma prevista no item 9.1;

9.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por no prazo não superior a 5 (cinco) anos;

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.3. As sanções previstas nos subitem 9.2.2 a 9.2.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 9.2.1, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICADA:

10.1. O presente Contrato regula-se pelas cláusulas e preceitos de direito público, em especial da Lei nº 10.520/02, aplicando-lhe, supletivamente, a Lei nº 8.666/93 e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A declaração de nulidade do contrato não exonerará a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

11.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de CONCÓRDIA DO PARÁ, Estado do Pará, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produzam os efeitos legais.

CONCÓRDIA DO PARÁ-PA, de de 2017.

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF:

RG:





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

CONTRATADO

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF:  
RG:  
Sócio-Gerente/Proprietário

TESTEMUNHAS

---

Nome:  
CPF:

---

Nome:  
CPF:





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO IX**

**MODELO DE REQUERIMENTO DO ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA**

À  
Município.

Referência: Atestado de Adimplência

Vimos através do presente, solicitar ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA para fins de participação no Pregão Presencial nº 9/2017-016, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviço de locação de veículos leves e pesados (sem motorista e sem combustível ) para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Concórdia do Pará- Pa.**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Fone/Fax: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Representante legal, RG, CPF  
(com carimbo da empresa e assinatura autenticada em cartório)

**Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).  
O Atestado de Adimplência depois de emitido deverá acompanhar a Proposta de Preços (Envelope 1).**